

Contrato nº: 090/2022
Inexigibilidade nº: 015/2022
Processo nº: 145/2022

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMAITÁ/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº 87.613.139/0001-99, com sede na Av. João Pessoa, nº 414, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Paulo Antônio Schwade, residente e domiciliado no município de Humaitá/RS, inscrito no CPF sob o nº 175.754.190-04, doravante denominado de **CONTRATANTE**, de outro lado **DRESSLER & ASSOCIADOS - ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 048.468.45/0001-53, com sede na Rua Dom João Becker, nº 310, conj. 203/204, Três Passos/RS, CEP 98600-000, neste ato representado por seus sócios **DARI DRESSLER**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 42.768, residente e domiciliado na Rua Bento Manoel, nº 161, Centro, Três Passos, RS, CEP 98600-000, portador do RG 9023970339, e CPF/MF nº 406.379.480-68 e **ANDRÉ AUGUSTO DRESSLER**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RS sob nº 79.053, nascido em 02/10/1986, residente e domiciliado na rua Gaspar Silveira Martins, nº 42, Centro, Três Passos/RS, CEP 98.600-000, portador do RG 2079176877 e CPF/MF nº 011.549.510-06, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, certos e ajustadas as cláusulas e condições seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e na Inexigibilidade de Licitação nº 015/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA EM DIREITO PÚBLICO**, adiante especificados.

3.1 Consultoria e assessoria para resolução das demandas jurídicas diárias das secretarias municipais, de interesse do CONTRATANTE, a partir da elaboração de orientações técnicas diversas e correção de procedimentos com prestação de informações e os esclarecimentos necessários a outras atividades correlatas.

3.2 Consultoria e assessoria em licitações e contratos, visando orientar o setor responsável pelas licitações públicas sobre a correta aplicação da legislação referente à matéria. Inclui, também, a orientação e auxílio a todos os setores e secretarias para correta confecção dos documentos que compõem o processo administrativo para licitação.

3.3 Consultoria e assessoria visando a implementação da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), com a disponibilização de minutas de regulamentos indispensáveis à implementação, além de editais, contratos, pareceres e despachos padronizados, bem como treinamento de equipes e orientação direta aos servidores municipais.

3.4 Consultoria e assessoria em processos legislativos consistente na análise de questões relacionadas ao processo de formação dos diversos atos normativos de competência do Município, como emendas à Lei Orgânica, leis, decretos, decretos legislativos e resoluções,

incluindo a análise jurídica desses atos, sob os aspectos da legalidade e constitucionalidade.

3.4.1 A revisão da Lei Orgânica e das codificações municipais, do regime jurídico e do plano de carreira do magistério, inclusive os respectivos projetos de lei, não está incluída nos serviços de consultoria jurídica.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Os serviços de consultoria e assessoria serão prestados em função das necessidades do **CONTRATANTE**, manifestadas mediante solicitação preferencialmente escrita à **CONTRATADA**.

4.1 Os serviços deverão ser realizados *in loco*, em até 04 (quatro) visitas mensais, além de atendimento à distância através de contato telefônico ou via internet.

4.2 A **CONTRATADA** obriga-se a manter, em sua estrutura organizacional e de pessoal, profissionais habilitados à prestação dos serviços especializados ora contratados.

4.3 Reputam-se cumpridas as obrigações da **CONTRATADA**, em relação a cada consulta, com a orientação verbal ou escrita, remessa de respostas escritas e de material pertinente, por via postal, correio eletrônico e/ou aplicativo de mensagens instantâneas (Whatsapp, Telegram, etc).

A **CONTRATANTE** ao solicitar a prestação de serviços, indicará o prazo limite para o atendimento, em casos de extrema urgência.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, a importância de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais**, totalizando **R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) pelo período de 12 (doze) meses**.

5.1 A **CONTRATANTE** terá o prazo de até 30 (trinta) dias para o pagamento, a contar da prestação do serviço e apresentação da nota fiscal.

5.2 O valor mensal da prestação dos serviços de consultoria e assessoria será reajustado, após um ano de vigência deste contrato, pelo índice médio acumulado da variação positiva do IGP-M/FGV. Na hipótese de alteração da norma legal vigente permitindo o reajuste dos contratos em períodos inferiores a 1 (um) ano, o reajuste incidirá com a menor periodicidade admitida.

5.3 Ocorrendo atraso, superior a 30 (trinta) dias, no pagamento dos valores devidos, incidirão multa de 2% (dois por cento) sobre a parcela devida, mais juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pela variação do IGP-M/FGV, calculada *pro rata die* a partir do 6º (sexto) dia útil do mês seguinte ao do vencimento.

5.4 No caso de impontualidade no pagamento dos valores ajustados neste contrato, o serviço de consultoria previsto na cláusula segunda será prestado exclusivamente por telefone ou internet, mantendo-se por até 90 (noventa) dias.

5.5 Se após o decurso do prazo previsto na cláusula 5.4 não for regularizado o pagamento das parcelas vencidas, haverá suspensão integral da prestação de serviços ou a rescisão contratual, a critério da **CONTRATADA**.

5.6 Os valores da mensalidade ainda serão revistos se comprovada, previamente, pela **CONTRATADA**, a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato na forma prevista no art. 65, II, “d”, da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.7 O **CONTRATANTE** poderá solicitar a realização de assessoria e consultoria fora da sua sede e fora da sede da **CONTRATADA**. Neste caso, o **CONTRATANTE** fica obrigado ao pagamento de todas as despesas necessárias à realização do serviço pela **CONTRATADA**, compreendendo deslocamento, alimentação, hospedagem e outras.

5.8 O pagamento de que trata o item 5.7 poderá ser realizado de forma antecipada ou mediante reembolso. Em qualquer caso, a CONTRATADA deverá apresentar nota/cupom fiscal de seus gastos.

5.9 A realização dos serviços constantes do item 5.7 não é de prestação obrigatória pela CONTRATADA e depende da disponibilidade dos profissionais que compõem o seu quadro.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO.

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelas partes por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.1 A parte que não pretender a prorrogação deverá manifestar a sua intenção, no prazo de 30 (trinta) dias, antes do término de cada exercício contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

A despesa com a execução dos serviços, objeto do presente contrato, correrá por conta de dotações orçamentárias próprias, previstas nas respectivas leis de orçamento vigente.

Recursos Orçamentários: PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMAITÁ

Órgão: Prefeitura Municipal de Humaitá

Unidade: 07.01. Secretaria de Educação

03.01. Secretaria de Administração

Proj/Ativ.: 2003. Manutenção da Secretaria

Elemento: 33.90.39.0500. Serviços Profissionais

Saldo da Dotação: R\$ 35.737,72 e R\$ 58.863,96

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O recebimento e conferência dos serviços será efetuado pela Secretaria Municipal de Administração ou por servidor devidamente designado.

8.1 A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, às seguintes penalidades, garantido sempre o prévio direito de ampla defesa:

9.1 Advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento dos prazos fixados para o atendimento das consultas ou serviços previstos no contrato.

9.2 Multa, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da mensalidade, por mês de atraso, no caso de reincidência na mesma infração.

9.3. Suspensão do direito de contratar com o PODER EXECUTIVO, pelo prazo de 1 (um) ano, na hipótese de reiterado descumprimento das obrigações contratuais.

9.4 Declaração de inidoneidade, para contratar com o PODER EXECUTIVO, na hipótese de recusar-se à prestação dos serviços contratados, fora das hipóteses legais e contratualmente previstas.

9.5 No caso de imposição de multa, o respectivo valor será deduzido dos créditos da

CONTRATADA na data em que o PODER EXECUTIVO pagar o valor mensal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O PODER EXECUTIVO poderá rescindir o presente contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e pelas formas do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

10.1 No caso de rescisão com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, o PODER EXECUTIVO pagará à CONTRATADA, a título de custo de desmobilização, valor correspondente a 3 (três) mensalidades, conforme faculta o art. 79, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10.2 A CONTRATADA poderá rescindir o presente contrato, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias, pelo PODER EXECUTIVO, dos pagamentos devidos.

10.3 Considera-se rescindido, automaticamente, o contrato nas hipóteses de declaração de inidoneidade e suspensão do direito de contratar, previstas na cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Fica eleito o Foro da Comarca de Crissiumal/RS para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem desta forma justos e contratados, firmam o presente com duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma sem emendas e entrelinhas para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Humaitá/RS, 01 de dezembro de 2022.

PAULO ANTONIO SCHWADE
Prefeito de Humaitá/RS

**DRESSLER & ASSOCIADOS - ESCRITÓRIO
DE ADVOCACIA**
Representante Legal

Visto Assessoria Jurídica
Data: ____/____/2022.